



EIXO 7: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES EM PERSPECTIVAS FEMINISTAS, INTERSECCIONAL, DE GÊNERO E RAÇA

HISTÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DAS JUVENTUDES PRETAS: DIZER, VIVER E SENTIR A ESCOLA PÚBLICA

Suzana Mary Farias Batista Caldas

UNEB / SEC - Ba

suzana.caldas@enova.educacao.ba.gov.br

Elizeu Clementino de Souza

UNEB

esclementino@uol.com.br

Resumo

O presente texto é resultado de um trabalho investigativo sobre juventudes pretas da escola pública e suas histórias de escolarização, reflexões da dissertação de mestrado realizado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Aproximo-me deste tema por conta da minha trajetória na docência, há mais de 20 (vinte) anos em diálogo e formação com as juventudes periféricas - mas sobretudo por ser uma mulher preta - que se constitui racialmente no processo de formação docente, no encontro com outras professoras pretas, assim como no movimento da vida. Com o objetivo de compreender o espaço da escola pública e suas implicações com as juventudes pretas, esta pesquisa buscou apreender das narrativas sobre as histórias de escolarização, de jovens pretos do Ensino Médio de escolas públicas, elementos relacionados ao protagonismo e à emancipação humana. A pesquisa ancorou-se nos princípios epistemo-metodológico da (auto)biografia, uma escolha estratégica de um referencial que na riqueza da biografização, Delory-Momberger (2012) reconhece a história do sujeito como o que ele tem de mais significativo, a sua trajetória, as suas experiências acumuladas e vividas, nesta experiência foi possível construir espaços importantes para que os colaboradores desta aventura investigativa pudessem compartilhar as suas histórias de escolarização a partir dos processos de construção de suas identidades, suas relações e modos de ver, viver e sentir a vida. O grupo de discussão (GD) foi o dispositivo metodológico, assertivamente, utilizado para elaboração do corpus do trabalho, referenciado, para pesquisa com juventudes, nas investigações da pesquisadora Weller (2006), um

dispositivo que foi, cuidadosamente organizado, com encontros planejados, a fim de elaborar o corpus da pesquisa de maneira que possibilitasse uma documentação valorosa para o estudo. Os três encontros realizados tiveram duração de, aproximadamente, 180 minutos, distribuídos em três dias, foram importantes e geraram reflexões necessárias e oportunas sobre a contribuição e as possibilidades da escola pública na formação das juventudes pretas, em uma perspectiva de protagonismo e emancipação dos jovens pretos. No movimento de analisar e compreender as histórias de escolarização das juventudes pretas, estabeleço diálogos importantes com as produções de Ricouer (1976) e de Souza (2014), firmados nos princípios da hermenêutica. Em um dos cenários analisados a partir das narrativas dos colaboradores deste estudo, foi que para os jovens que fizeram a migração da escola particular para a escola pública, a ideia era encontrar um ambiente inseguro e de violência. Contudo, na oportunidade da experiência, as narrativas dos jovens apontam outras reflexões pois, foram impactados com um local onde foi possível o encontro com estudantes da mesma identificação racial e isto gerou de certa maneira um conforto, uma vez que mesmo sendo escolas particulares frequentadas por pessoas de bairros populares, a predominância era de estudantes com pele branca. A pesquisa aponta, a partir das narrativas dos jovens, que a escola pública é um espaço de identificação e de acolhimento para o corpo preto, que nela os jovens podem ampliar suas possibilidades de atuação. O locus desta pesquisa foi uma escola localizada no bairro do Stiep, Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella, que acolhe jovens estudantes dos bairros periféricos vizinhos como Pernambués e Boca do Rio, esta unidade de ensino tem no seu corpo docente professores com o compromisso não somente com a lei nº 11.645/08 que versa sobre o ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Indígena, mas sobretudo com o protagonismo das juventudes pretas e o acesso a História da África, a partir de um lugar de potência e valorização, desdobrando nas reflexões e atitudes dos colaboradores da pesquisa que revelam terem aprendido muito sobre ser negro, sobre cultura africana, a busca nas redes sociais, por coletivos negros, pessoas do continente africano, assim como o desejo de que toda escola pública pudesse oportunizar, aos estudantes pretos, as experiências por elas vividas no Carlos Marighella. A relevância desse estudo, ao analisar as histórias de escolarização dos jovens pretos da escola pública, é também reconhecer a escola enquanto um lugar de contradições, a exclusão do estudante preto do seu processo de aprendizagem em sala de



aula, evidenciando o foco do educador em determinados grupos esteve presente na narrativa dos colaboradores da pesquisa, o que nos leva a compreender que a escola pública também carrega em si equívocos e incoerências sobre seu papel na formação das juventudes pretas periféricas. Como nos relata Munanga (2005) sobre a erradicação das atitudes preconceituosas que as pessoas carregam em suas mentes e nos reafirma as juventudes pretas, sobre o desafio de uma prática educativa que desconstrua o mito da democracia racial, muito bem detalhado por Nascimento (2016) em prol da valorização da cultura do povo preto, a existência de lei não é suficiente para uma revolução tão necessária. Desse modo, as juventudes apontam alguns caminhos importantes que sugere uma reflexão para todos os que pensam e fazem a educação pública, especialmente, para as juventudes pretas, além de um projeto educativo que valorize a cultura africana e que apresente a história do povo preto a partir de um lugar de protagonismo, com compromisso ético e político com a prática docente, pois não existe prática neutra como nos lembra Freire (1996). Outrossim, a escola é um lugar de gente e de aprendizagem, de possíveis relações, um direito para as juventudes pretas, portanto, ao passo que reconhecemos nas histórias de escolarização dos colaboradores da pesquisa, possíveis caminhos e importantes pistas para que a sociedade avance no sentido de uma revolução nas políticas de educação do estado, em que a história do povo preto tenha seu lugar de protagonismo, será possível iniciarmos o diálogo de uma educação decolonial.

Palavras-chave: Juventudes pretas, escola pública, história de escolarização

Referências

- MOMBERGER, Christine Delory. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n.51, set. – dez. 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**, 2ª edição revisada. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3 ed. São Paulo. Perspectivas, 2016.
- RICOUER, Paul. **Teoria da interpretação**. O discurso e o excesso de significação. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976.



SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto) biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Revista Educação UFSM**, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 85-104, jan./abr. 2014.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. Universidade de Brasília **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, maio/ago. 2006.